



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006524-76.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **ANA CLAUDIA CANDIDO**
Requerido: **NET SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado a prestação de serviços de TV, telefonia e acesso à internet junto à ré, rescindindo após algum tempo os dois primeiros serviços.

Alegou ainda que a ré mesmo assim continuou emitindo faturas computando tais serviços, mesmo que já cancelados.

A ré em contestação reconheceu o lapso ocorrido, admitindo o lançamento de cobranças indevidas de sua parte quanto aos serviços rescindidos pela autora.

Salientou também que reconheceu a inexistência de pendência da autora quanto a isso e que já adotou as providências para a regularização do problema.

É o que se extrai de fl. 22.

Tal manifestação basta ao acolhimento da pretensão deduzida, cristalizando verdadeiro reconhecimento jurídico do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outro lado, anoto que a autora em momento algum acenou para o recebimento de indenização para reparação de supostos danos morais que teria suportado, razão pela qual as considerações sobre o tema expendidas em contestação deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para rescindir o contrato firmado entre as partes para a prestação de serviços de TV e telefonia, bem como para condenar a ré a emitir novas faturas com a dedução dos valores dos serviços já cancelados e não prestados.

Torno definitiva a decisão de fls. 14/15.

Transitada em julgado, intime-se a autora a manifestar-se sobre a satisfação de sua pretensão, o que se presumirá em caso de silêncio.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**